

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO – PAULIPREV

Aos 22 dias do mês de novembro de 2021, às 18 horas e 15 minutos, respeitando os devidos cuidados preconizados pelas autoridades de saúde às reuniões presenciais, reuniram-se de forma virtual os membros do Conselho Administrativo nomeados através dos Decretos nº 7.713 de 17 de dezembro de 2019 e nº 7.914 de 19 de outubro de 2020, Sandra Ariadne Casassa, Nara Martins Moretti, Idu Albino Ribeiro, Antônia Sirlene Lima, Edson Tomaz, Paulo Henrique dos Santos, Erick Santos Paiva, Eliete Maria da Silva, Fabio Ceconelo, além do Diretor Presidente do Instituto Pauliprev, Marcos André, do Diretor Administrativo-Financeiro, Douglas Municelli, Adelson dos Santos e Ronaldo Nakada, integrantes do Comitê de Investimentos do Instituto para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Paulínia – PauliPrev, conforme regimento interno dos Conselhos.

É importante esclarecer, que a íntegra das reuniões deste Conselho Administrativo encontra-se disponível em meio eletrônico, no canal do PauliPrev (<https://www.youtube.com/c/pauliprev/featured>) e no site do Instituto, pauliprev.sp.gov.br, aos quais todos podem ter acesso. Sendo assim, a presente ata é destinada à ratificação e a transcrição de maneira sucinta, dessas gravações. Todos os atos ocorridos nas reuniões, encontram-se registrados nas referidas mídias, as quais deverão ser consultadas para a visão da totalidade dos acontecimentos.

Reunião Transmitida Ao Vivo via Youtube.

- 1) Deliberação sobre a aprovação das Atas das reuniões ordinárias do Conselho Administrativo, realizadas em 18/10 e 03/11/2021;
- 2) Deliberação sobre a ratificação da prorrogação do contrato de prestação de serviços, mantido com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Correios, com término do termo atual em 07/12/2021 e de acordo com os documentos enviados previamente;
- 3) Apresentação e discussão da Política de Investimentos para o exercício de 2022, para deliberação quanto a aprovação em nova reunião ordinária, a ser realizada no mês de dezembro/2021;
- 4) Assuntos diversos.

A Presidente do Conselho Administrativo, Sandra, deu início a reunião desejando boas-vindas a todos presentes. Anunciou a pauta da reunião.

Item 01. Deliberação sobre a aprovação das Atas das reuniões ordinárias do Conselho Administrativo, realizadas em 18/10 e 03/11/2021 – Sandra lembra que as atas são enviadas previamente por e-mail para todos os conselheiros para leitura, adendos e alterações prévias. Coloca em deliberação e as atas são aprovadas com unanimidade.

Item 02. Deliberação sobre a ratificação da prorrogação do contrato de prestação de serviços, mantido com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Correios, com término do termo

atual em 07/12/2021 e de acordo com os documentos enviados previamente – Sandra diz que o material foi encaminhado previamente. Passa a palavra à Eliete, diz que achou estranho no termo aditivo o valor do Instituto ser quebrado, considerando que no documento enviado previamente as categorias de contratos possuem valores diferentes *. André explica que o valor quebrado é porque a gente precisa fazer um empenho prévio para fazer a oficialização da contratação. Diz que aqueles valores que os conselheiros receberam na planilha que ele mandou, o bronze, o prata e o ouro são os valores mínimos, por exemplo, se o Instituto contrata o pacote prata, a gente tem que ter um consumo mínimo mensal de R\$ 1.000,00, então é feito um empenho estimativo naquele contrato porque o pacote bronze não tem consumo mínimo e a gente vai pagando conforme o consumo. Então é feito um empenho prévio e vai se fazendo complementos de empenho de acordo com aquele consumo realizado. Por ser inexigibilidade dispensa, ou seja, não tem concorrência para isso porque o Correio detém o monopólio no país, então é feito um empenho com valor mínimo e a gente vai suplementando esse empenho de acordo com o consumo mensal. Diz aos conselheiros que neste ano de 2021, a média de consumo está em torno de R\$ 500,00 por mês e estima-se que esse valor vá diminuir porque a maior parte das comunicações feitas hoje são para os segurados por conta dos processos do Tribunal de Contas que nós temos que ficar mandando as comunicações por carta registrada para dar publicidade, mas com o transcorrer dos anos esse volume deve, como já diminuiu bastante de alguns anos pra cá. Diz que fazem valor quebrado do que foi estimativa para esse ano. Diz que se a gente contrata, por exemplo, um pacote com o mínimo de consumo de R\$ 1.000,00 por mês e mesmo que a gente gaste aqueles R\$ 500,00 mensais, a gente tem que fazer um pagamento mínimo de R\$ 1.000,00. Sandra coloca o item em deliberação é os conselheiros aprovam com unanimidade.

Item 03. Apresentação e discussão da Política de Investimentos para o exercício de 2022, para deliberação quanto a aprovação em nova reunião ordinária, a ser realizada no mês de dezembro/2021 – Sandra dá boas-vindas ao Ronaldo, ao Adelson e ao Diretor Financeiro, Douglas. Passa a palavra ao Douglas para o início da apresentação. Diz ser uma primeira sugestão da política de investimento, diz que esse documento norteia os nossos investimentos do ano que vem, começa em janeiro e vai até 31 de dezembro. Diz que a política de investimento deve ser um documento feito pela diretoria e aprovado pelo conselho administrativo. Diz que os tópicos do momento não mudaram muito, há o risco fiscal relacionado ao auxílio que está para ser aprovado, o quanto se deve mexer no déficit fiscal no ano que vem em termos de preocupação dada a eleição; a PEC dos precatórios; a questão da inflação, tanto nos EUA como no Brasil, diz que trouxe o IPCA pra gente ver como que tá assustador, mostrando a inflação, que é de custo, é uma inflação de oferta, não é uma inflação de demanda e, mesmo assim, o remédio vai ser amargo. Diz que há uma dificuldade quando a inflação é de oferta, não se consegue abrir uma fábrica para melhorar essa oferta em um mês, então é preciso usar os remédios. E a redução da projeção do PIB e; a retirada de estímulo monetário americano. Apresenta o Boletim Focus, lembra que ele é uma opinião de 130, 140 instituições financeiras e tem uma equipe de análise macro. O IPCA está em 10,12%, a projeção de crescimento do PIB para o ano seguinte caiu 0,70%. O câmbio está em 5,50% e a taxa 7,75%. Apresenta o IPCA durante o ano de 2021 e, nos últimos 12 meses, o acúmulo é de 11,08%. Fala sobre a influência do petróleo no IPCA. Diz que possuem a preferência na aquisição de títulos públicos lastreado em IPCA. Sobre a bolsa, diz ter havido uma reduzida, o investidor estrangeiro está em torno de 3 bi negativo na bolsa. Diz que a bolsa está voltando a ficar interessante, mas o comitê continua cauteloso. A maior alta foi algo próximo a 132 mil pontos e hoje está em torno de 102 mil pontos. Lembra que em 2019, um dos fundos do Instituto bateu 42, 45% de rentabilidade, é um mercado variável. Diz que o dólar impacta muito nossa vida, em junho

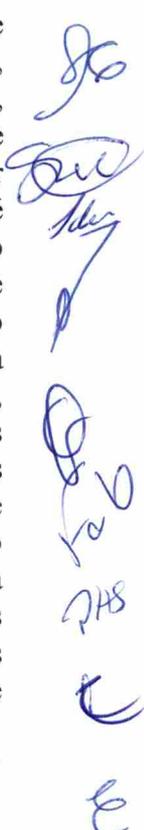


houve um pico, chegando a R\$ 4,92 e, hoje, voltou a R\$ 5,60. Diz que a taxa de juros nossa ainda não ficou interessante e por isso está se usando esse “remédio” que é a taxa de juros. Diz que a política de investimentos compreende o período de 01/01/2022 a 31/12/2022. A meta atuarial é determinada pela Secretaria de Previdência, última publicação realizada em maio de 2021, através da portaria nº 6.132 que diz que para RPPS’s com *duration* de 19 anos, a taxa é, obrigatoriamente, de no máximo 4,90%. Então, a meta atuarial para o próximo ano é de IPCA + 4,90%. Diz que estão com estratégia bem tranquila, aproveitando esse momento de abertura de taxa de juros. Uma estratégia simples que acreditam que dará resultado. Traz uma novidade boa, mais 2 membros do comitê obtiveram a certificação do CPA-20. Diz que a carteira de líquidos do Instituto em outubro de 2021 é de R\$ 1,084 bi, não está sendo considerados os ilíquidos. A sugestão é de 50% em Títulos Públicos Federais, todos eles IPCA com uma taxa mínima de 4,90%; 20% em renda fixa para ter liquidez e 30% em bolsa e ações. Atualmente o Instituto tem R\$ 291 mi, o objetivo é atingir R\$ 542 mi com a aquisição de títulos. Lembra ser uma primeira conversa, se houver alguma sugestão diferente podem estudar e trazer para aprovação até em dezembro. Sandra pergunta se, na sugestão, os R\$ 200 milhões de aquisição de títulos públicos seriam realocados da renda fixa. Douglas diz que sim, irão acompanhando o mercado de juros melhorar e “jogar” um pouco da renda fixa em título público. O quanto diz que irão acertando por conta da liquidez. Sandra pergunta se essa estratégia é por conta do cenário atual. Douglas diz que sim, abrindo taxa de juros, não há o porquê correrem o risco em outro tipo de fundo, o título público é o “melhor dos mundos” para o Instituto. A palavra é passada à Eliete, pergunta ao Douglas qual seria a proposta de alguns fundos, que possuem títulos públicos, estarem zerados no material enviado. Douglas diz que a primeira estratégia é que comprando direto, já “escapamos” das taxas de administração e, a segunda é que nos momentos que está caindo a taxa de juros, os títulos tendem a valorizar e a estratégia, aí, é ir para IMA-B. Quando a taxa de juros está subindo, a estratégia é ficar “quietinho” com a taxa Selic porque o valor de mercado dos títulos cai e não há ganho de curto prazo. Diz que quando se começa a ter uma estabilidade, que alguns dizem que vai estacionar em 11% a SELIC, aí a gente começa a comprar títulos na “veia” e sai desses fundos. Diz que a vantagem que ele tem é nos movimentos de alteração de taxa de juros, é melhor porque o gestor já consegue fazer compra e venda diariamente conforme a estratégia do fundo. Como no caso está sendo atingido um patamar legal de taxa de juros com relação a nossa meta atuarial, não tem porque deixar mais o gestor fazer isso se a gente pode comprar direto esses títulos. Como os juros está atingindo um patamar legal, a gente sai da estratégia dos fundos e compra títulos direto. Eliete diz que, então, a proposta desses fundos estarem zerados seria em função de que passariam para, somente, títulos públicos. Douglas diz que sim, iriam direto e manteriam alguma coisa por volta dos 20% pro dia a dia, para ter um recurso líquido se houver uma necessidade. Douglas diz que, de repente continue esse mercado pagando muito mais no curto prazo do que no longo, nada impede de aumentarem mais R\$ 100 mi para títulos de um ano e maio no máximo para não ficarmos sem liquidez. Mas sentam, corrigem a política e faz a estratégia. Eliete diz ser difícil fazer uma política de investimentos pra um ano no momento que nós estamos. Douglas diz ser a dúvida que tinham e em conversa com o auditor disse que se fossem adequar a política, seria necessário reunião com o conselho a cada 15 dias porque a volatilidade está enorme, tem disputa de juros, na hora que resolve juros é o petróleo... Não se consegue ter agilidade e por isso colocam fundos e títulos, o gestor consegue vender diariamente para tentar fazer rentabilidade disso, ele ganha na variação. Diz que a gente foi para essa variação quando os títulos não estavam pagando nossa meta atuarial, estavam pagando IPCA + 3%. A estratégia do comitê desde o ano passado é esperar a abertura de juros. A palavra é passada à Nara, diz que sobre os fundos de ações, está entendendo que o objetivo é alocar 30% de fundo de ações, mas hoje a gente tem 20% mais ou menos; seria um aumento aí de alocação

Handwritten notes and signatures on the right margin, including initials like "SG", "Sua", "M", "F", "Fato", "DHS", and "C".

de 10% se não entendeu errado. Diz que quando o Douglas coloca como bolsa, não como fundo de ações, o que foi pensado, se já há uma estratégia para limitar a amplitude de fundos a analisar. Ou irão fazer o acompanhamento estratégico no sentido de que tudo está mudando muito rápido. Diz que ficou na dúvida de como que seria essa questão da renda dos fundos. Douglas diz que colocaram na apresentação bolsa, mas seria renda variável. Diz que o comitê não pretende mexer em nada, se houver alguma alteração na bolsa o Instituto já está no limite legal e não pretendem mexer nisso por causa da volatilidade. E, eventualmente, tendo uma recuperação de bolsa, de repente, até diminuir, fazer saque e comprar título público. Não é uma estratégia fazer isso agora para não termos prejuízo. A palavra é passada ao Fábio, diz que entendeu a questão de ir resgatando dos fundos de renda fixa e colocar em títulos públicos e, até pela liquidez, por um período não muito longo. Diz que acompanhando a taxa, como o Douglas falou, pergunta se seria colocando R\$ 10 mi hoje, R\$ 20 mi no mês que vem e ir fazendo dessa parte ou tudo de uma vez. Douglas diz que estão aguardando e, a exemplo da última compra, até surpreendeu. Tinham aprovado no mínimo 5%, correram para pegar uma oportunidade de mercado, que no dia da reunião estava 4,96%, passaram 3 dias negociando e conseguiram bater em 5,22%, aí, foi tudo. Mas nada impede de fazerem mais devagar. Depende da taxa de rentabilidade. Sandra disse que a deliberação ficará para a próxima reunião, pois havendo mais alguma questão há um tempo para discutirem. Douglas diz que, surgindo alguma novidade, avisam o conselho para terem uma decisão legal até dezembro. A palavra é passada ao Adelson, diz que é como o Douglas explicou e, dependendo do que ocorrer no próximo ano, podem estar reavaliando essa política de investimentos. A palavra é passada ao Ronaldo que diz estar totalmente de acordo com o apresentado e, em cenário de incerteza, temos que aguardar mesmo. Sandra lembra que 2022 será um ano de maior incerteza, ano eleitoral a economia é muito influenciada conforme sempre foi frisado pelo Ronaldo nos cursos ministrados. Agradece a política e estratégia do comitê de investimentos.

Item 04. Assuntos diversos – Sandra pergunta se alguém teria algum assunto que gostaria de trazer para discussão além da Eliete. Idu sinaliza que sim. Passa a palavra à Eliete que diz ao André gostaria de saber da devolutiva daquela assembleia geral de cotistas que aconteceu. André diz que a assembleia já ocorreu e 98% dos cotistas aceitaram a proposta. Os 2% que faltaram não podiam, e não porque não queriam, aceitar esse tipo de situação, por regimento interno, por qualquer coisa, segundo foi informado no momento da assembleia, mas 98% dos cotistas aceitaram isso. Diz que pensando naquilo que foi explicado, esses 2% que sobraram deve ser redistribuído, a gente vai ter os 14% mais o que for redistribuído dos 2% monetizados no mesmo percentual. A palavra é passada ao Idu, que informa que a comissão terminou a reformulação do regimento interno, o material já está com o Fábio para o encaminhamento aos demais conselheiros para a análise e posterior envio ao jurídico. Sandra diz que o Fábio já encaminhou no grupo as 2 versões, o parecer jurídico em cima do primeiro é esboço e já encaminhou o segundo finalizado pela comissão. Diz que a Eliete vai fazer as colocações posteriores a esta reunião. Diz que acha até que, agora, não tem mais que voltar ao jurídico, uma vez que já foram feitas as adequações recomendadas pelo mesmo, na sua opinião. Idu diz que deve passar por lá sim para que eles entendam que foi modificado e adequado conforme o entendimento jurídico. Acha importante passar por eles para que não haja nenhuma falha. A palavra é passada ao Fábio, pergunta se no parecer fala do conselho administrativo e do fiscal, se o fiscal fez também as adequações ou ainda não. André diz que ainda, mas como o do fiscal são menos adequações, não vê problema e eles devem fazer rápido, segundo eles, dá pra seguir junto. Mas, de qualquer forma, como ambos os regimentos eles são privativos de cada um dos conselhos, se não tiver adequação, assim que



terminar a gente encaminha um e depois encaminha outro, não vê problema, até porque, como uma proposta de alteração pressupõe um novo decreto do prefeito alterando ou revogando o decreto anterior possivelmente vai ser encaminhado pelo gabinete para o jurídico da prefeitura também analisar. Eliete diz que fez isso ainda, mas vai fazer um comparativo e já queria adiantar até para os conselheiros irem pensando, esperaram 20 anos para fazer esse regimento interno e esse regimento interno não contempla muitas coisas, que até os próprios procuradores falaram, que eles se basearam nos elementos que eles tinham ali. Diz que pra quem leu o material inteiro viu que eles reportaram em vários momentos falando de coisas que os conselheiros sabem que hoje é papel dentro de um RPPS em função com manual Pró Gestão. Diz que se basearem que não está na lei, terão um regimento interno que vai atualizar praticamente, diz que não fez isso ainda, mas vai falar, a questão do número de membros hoje conforme a lei 69. Diz que ao seu ver isso já aconteceu e já disse aos conselheiros que isso já aconteceu uma vez, que foi mandado para o jurídico, acha que a Sandra deve lembrar e também a Nara, encaminharam ao jurídico uma proposta bem completa e voltou porque não existia amparo legal, mais ou menos o que eles colocaram. Diz que para esperarem uns 20 anos e mandarem um regimento interno onde se altera somente, praticamente, a questão composição do conselho, porque existe uma questão legal, acha que não vale a pena. Acha que teria que fazer as adequações em lei para depois, sim, seguir um regimento interno que contemple, por exemplo, apontaram, e estão corretos, a questão do relatório gerencial, o relatório de governança gerencial é um requisito que hoje fala no Pró Gestão e, pelo nível que já estamos, o nível 2, isso já faz parte do cotidiano como já tem sido apresentado. Acha que teriam que fazer primeiro as adequações na lei para depois fazer um regimento adequado, quem esperou 20, espera mais um, 21. Diz ser a sua posição e gostaria de ouvir os conselheiros e o André sobre isso. Sandra diz que entende o que a Eliete está dizendo e acha que seria o mais adequado, adequar as leis para que o regimento possa ser mudado porque leu o parecer do jurídico antes de encaminhar para a comissão e, realmente, com o parecer deles o que parece é: “mantém o regimento como está” porque mudar umas palavras não muda o sentido que ele precisa mudar. Concorde com a Eliete quando diz que já ficaram 20 anos sem alteração e agora fazer uma alteração que não tem alteração na verdade. A impressão que se dá é que o regimento não tem as alterações que mereciam ou que se esperava ou que se devesse ter. Diz que ficou com essa impressão, mas todas as alterações que foram feitas e que foram passadas para o jurídico, eles deram parecer total ao contrário justamente por falta de adequação da lei conforme o Idu bem coloca, de que os conselheiros não podem inventar, uma vez que não há um amparo legal para sustentar o que o regimento interno diz e o regimento interno não pode, de maneira nenhuma mesmo, e estão falando isso já faz tempo quando falam desse assunto, o regimento interno não pode sobrepor às leis, ele direciona o trabalho do conselho, mas ele não pode estar sobreposto à legislação, nem local, nem estadual, muito menos federal. Concorde que o melhor dos mundos, de fato, seriam as alterações mesmo nas leis que são necessárias, para ontem, para mexer no regimento interno, mas ficam também, agora, numa situação para todo mundo pensar, como a Eliete disse. Foi feito um trabalho, a comissão trabalhou em cima disso, discutiu o assunto, o conselho discutiu, fez sugestão, fez alteração, tiveram que retirar alteração, tiveram que colocar alteração... Diz que se pergunta, agora, como é que eles fazem com todo esse trabalho, com todo esse tempo despendido e dedicado. Passa a palavra à Nara, diz que em relação ao que a Eliete falou, ainda não fez análise total do material, mas pensa que já sabiam que tinham essas questões da lei e, mesmo assim, se dispuseram em fazer esse trabalho. A comissão se dedicou bastante, esperaram sair o parecer. Acredita que, na verdade, em vez de não fazer, mesmo que seja pouco, devem adequar conforme a lei que possuem hoje, sendo ela falha ou não. Fazem a adequação e utilizam o próprio documento do jurídico para provocar quem tem que fazer, que não são os



conselheiros. Acredita ser uma possibilidade até para não jogar fora todo o trabalho que foi realizado até o momento. Diz que gostaria de trazer a questão das próximas eleições, tem a sensação de que agora as pessoas começam a perguntar quais são os critérios para se candidatar, principalmente, o critério em relação a ser presidente, ou o que o presidente faz. Sandra pede a Nara para encerrar o assunto do Regimento Interno e depois voltarem ao assunto solicitado por ela. A palavra é passada ao Idu, diz que a Nara colocou bem sobre o assunto do regimento, possuem as leis que estão aí e devem trabalhar em cima delas. Diz que, no início, pegaram o regimento antigo e não viram que não era possível começar por ele. Assim, iniciaram do zero, tiraram coisas que não tinham nexos, não conseguindo nem o jurídico entender um dos parágrafos que citava uma lei complementar, a 10/2004, uma lei de Campinas. Diz que o parecer jurídico o deixou até com vergonha de fazer parte da comissão porque foi uma coisa de “maluco”. Diz que o que tiraram o conselho voltou a colocar. Diz que há leis municipais e precisam trabalhar em cima delas. Diz que precisam corrigir as leis, mas depende do executivo, não depende dos conselheiros. Diz que mudando a lei, podem mudar o regimento também, não vê problema. Acha que devem dar andamento nesse trabalho, algumas coisas mudaram e acha que deve ser encaminhado. Sirlene diz que acha que tem que ter um regimento atualizado sim, baseado nas leis que temos hoje. Como membro da comissão, acha que tem que dar continuidade e, futuramente, faça-se outro aperfeiçoando, melhorando e adequando a realidade. A palavra é passada ao Edson, diz que, aproveitando a fala do Idu, para quem não leu o parecer, leia. Diz que foi um “trator”. Ele havia feito algumas anotações para falar, mas acha que não compensa e serve de lição para o próximo. Eliete diz que, para complementar, acha que o jurídico cobra algumas coisas que não é de suas obrigações saber, os cobra algumas coisas sobre a parte jurídica de escrever, Eliete diz que isso não é papel do conselho. Diz que, na verdade, estão fazendo mais do que deveriam que é tentar colocar no papel alguma coisa que o jurídico tem que fazer. Diz que eles, conselheiros, fazem isso para que realmente fique com uma cara daquilo que precisam porque, muitas vezes, quem elabora leis não conversa com as pessoas que vão seguir aquela lei. Diz que achou demais serem cobrados por terminologias como “a Pauliprev”, “o Pauliprev”. Percebe que sempre a procuradoria se coloca nessa posição de que ele não é legislador, mas é sim o órgão responsável de dar assessoria ao presidente. Acha que, se forma dessa forma, se não podem contar muito, contratam um *free* para os dar alguma sugestão a nível jurídico porque parece que o conselho está pedindo alguma coisa, através do André, muito fora do comum. Diz que ficou um pouco chateada porque não é a primeira vez que eles colocam essa situação e se não podem contar com eles pra dar uma olhada, então precisam contar com alguém. Idu diz que concorda com a Eliete na parte do jurídico. Sandra pede para a desculparem caso pareça grosseria, mesmo não sendo. Diz que os conselheiros não devem contar com outra pessoa não, os procuradores são do Instituto e estão ali para prestar serviço para o Instituto. Diz que o regimento interno, a adequação, é função deles dar o parecer, gostando ou não gostando eles estão ali para isso. Diz que tem coisas que ela também não gosta, mas infelizmente tem que superar e tocar porque é a sua função. Diz achar que podem usar da ferramenta que os é de direito de contratar algo fora para outras coisas mais importantes, ao ato de cumprimento de dever e obrigação do funcionário concursado e sendo pago pelo instituto, eles têm que prestar o serviço deles gostando ou não, achando que é por menor ou por maior, é um direito do conselho e um dever deles enquanto procuradoria prestar o parecer ao diretor presidente em solicitação do conselho. Diz que entende a colocação da Eliete, em alguns momentos já percebeu e tenta olhar, fazendo o papel de advogada do diabo, olhar dos dois lados porque pensa que para os procuradores, com tantos processos contra o Instituto, com quantas defesas, com prazos, com tanta lei mal feita e eles tendo que responder coisas que eles não sabiam do que se tratava e estão tendo que fazer, acredita que não seja fácil a vida deles e pouco. Diante de um



regimento interno que, para o conselho, é de extrema importância e valiosíssimo porque rege as nossas condutas do conselho, para eles é uma coisa pequena porque é o mundo deles no montante do dia a dia, as coisas importantes que eles têm a fazer, de repente, dá essa conotação que isso é uma coisa “ah, vocês não sabem nem escrever no jurídico correto estão pedindo pra gente e a gente tem que ficar aqui correndo corrigindo, sendo professor de jurídico de vocês”. Diz que pode entender o lado deles porque, às vezes, eles desprendem um tempo que eles poderiam estar fazendo outra coisa que para eles isso não é importante, mas eles não têm essa noção do quão isso é importante para o conselho. Diz que, porém, acha que precisam fazer valer os seus direitos, a procuradoria jurídica está ali para exercer o papel dela que é prestar um parecer jurídico de acordo com o solicitado. Agora, se o conselho não concorda com o parecer jurídico, acham que está totalmente desconforme, aí podem contratar um outro serviço, pensar nisso. Mas acha que até esse momento não seria o caso, até porque, as leis não estão colaborando para a atualização do regimento interno, então também não adianta contratarem um outro serviço para dar um parecer se não possuem outro embasamento. Acha que a Eliete tem razão, num outro momento. Idu diz que gostou do parecer, só tem coisas, como a Eliete falou, não é papel do conselho saber fazer. Mas acha que o parecer, no geral, está bem feito sim. Edson diz que foi isso que quis dizer, às vezes veem uma resposta, às vezes a resposta não é o que queriam ouvir. O que ele quis dizer foi que o parecer está perfeito em cima daquilo que ele se propôs, o procurador fez a função dele que é analisar a legalidade, ele não ia fugir de nada se fosse uma questão interna nossa prefeitura. Diz que se olharem lá no cabeçalho do parecer, ele já explica a situação do parecerista e isso foi feito e, às vezes, aquela resposta não é o que se gostaria. Eliete diz que o procurador mesmo coloca que ele só tem ele só tem o conhecimento daquele material que foi enviado, por exemplo, do Pró Gestão, talvez é um assunto que eles não têm domínio do que os conselheiros saibam que seria fundamental constar ali, porém não está na lei também. Sandra diz ao Edson que entende tudo isso também que, às vezes, realmente não é aquilo que gostariam mesmo de ler. Passa a palavra ao André que diz que para contemporizar, entende o que Eliete está falando e fazendo um compilado do que todo mundo está falando, apenas uma observação, diz aos conselheiros que não levem para o pessoal, diz receber pareceres todo dia e o parecerista, é uma característica não apenas dos nossos procuradores, mas dos procuradores em âmbito geral, ele tem uma atitude mais fria com relação a isso, eles pontuam aquilo que tem que pontuar, trazendo para a nossa realidade. Se for necessário, um dia, contratar uma consultoria, assessoria, faremos. Mas até lá, gostando ou não, eles darão parecer em tudo o que for solicitado. Diz que, talvez, o parecer não vem a contento, pode vir com palavras que a gente não goste, mas o parecer vai existir. Diz que, às vezes, os servidores mais novos carecem um pouco de experiência, por assim dizer, do pouco mais de trato; eles vêm com uma nova terminologia, uma nova formação, as technicalidades acabam superando, às vezes, aquela empatia que a gente gostaria que tivesse. Em relação ao conhecimento do Pró Gestão, eles realmente não se aprofundaram no Pró Gestão, além das análises jurídicas que precisam ser feitas na questão dos contratos ou não. Diz que o Pró Gestão nos causa uma certa comoção por assim dizer porque o tempo todo nós estamos com novas guias sendo disciplinadas, novas legislações, algumas alterações; como ele é facultativo, ainda tem algumas nuances que a gente precisa adaptar e até como observação, até porque Eliete queria saber a sua opinião, diz que concorda que podem ter que alterar pouca coisa em relação ao regimento existente e o novo. Mas acha que deveriam atualizar até para que não pareça que continuam sentados em cima de algo já vem há 20 anos funcionando da mesma forma. Diz que qualquer alteração que fizerem será importante, demonstra a preocupação de todos, principalmente, do conselho, já que um dos poucos atos que são privativos dos conselhos é discutir seu regimento, demonstra até a participação do conselho nessa discussão toda. Acha que isso é importante para os órgãos de fiscalização; lembra que o Tribunal de Contas

continua determinando ou mencionando em seus balanços que os nossos conselheiros não têm qualificação, não tem formação técnica para ocupar as funções, o que ele não concorda e rebate sempre. Acha que valeria apenas sim que façam, mesmo que poucas, as alterações e que seguissem para que o Prefeito faça um novo decreto. Lembra que o Instituto está no nível II, na atual realidade é um nível adequado. Diz que há outros RPPS's que são referência e não estão se preocupando em mudar os seus níveis de graduação no Pró Gestão porque existem algumas alterações legais inclusive a serem imputadas aos próprios conselhos e que, talvez, não sejam interessantes pra gente. Acha importante, se forem pensar em pedir e pensar no Pró Gestão, uma norma infralegal, observem que se forem tratar de pedidos de mudanças na lei, se esse enquadramento futuro é onde querem chegar. Sandra diz que quando o jurídico diz que eles não são órgão consultivo eles estão equivocados, o Ministério Público pode dizer que eles não são órgão consultivo, mas a Procuradoria Jurídica é totalmente um órgão consultivo. Fábio diz que é órgão opinativo. Sandra diz que é consultivo; podem dar opinião, mas é seu direito consulta-los. A palavra é passada ao Idu, diz que quando uma comissão é formada, tem que procurar entender e colocar dentro da legalidade possível. Diz que há outras formas de provocar a mudança da lei. Diz ao André que o primeiro impacto que teve com relação ao jurídico foi negativo, os procuradores do Instituto continuam do mesmo jeito. Acha que os conselheiros precisam entender o lado positivo e negativo dos procuradores e conviver com isso. A palavra é passada à Eliete, pergunta qual a perspectiva do André, na gestão do atual Prefeito, dessas questões serem efetivadas através de lei. André diz que tudo depende do tipo de alteração que queiram apresentar. Diz que, graças a Deus, hoje temos um trânsito adequado com o Gabinete, nem pior nem melhor, cada um com seu papel institucional. Diz que as demandas que têm apresentado, algumas mais rápidas, outras um pouco mais demoradas, mas tem seguido o caminho. Diz ter acompanhado algumas coisas, mais estruturais tem havido uma certa dificuldade. A questão do Jeton, usando como exemplo, estão encaminhando e deve ser resolvida. A questão da base previdenciária é uma coisa mais estrutural que não depende só da ação do Pauliprev. Então tudo vai depender das alterações que a gente tente promover. Eliete diz que, por exemplo, o regimento interno seja, talvez, uma coisa mais simples, não seja tão complexa. André diz que o regimento interno, por exemplo, é tendo a adequação jurídica, vê que dentro da própria gestão dos conselheiros, o Prefeito altera o decreto implementando um novo. Eliete diz que até acha que o decreto o que com essa proposta o prefeito faça, mas se refere às alterações na lei, para que depois, um novo regimento interno seja possível. André diz que é o que ele disse e pergunta quais alterações solicitaremos? Eliete diz que são aquelas questões que hoje não está na lei, por exemplo, em relação ao Pró Gestão. André acha que algumas questões são mais simples, cita, como exemplo, algo que os conselheiros colocaram no regimento e que ele recebeu como determinação do Tribunal de Contas de 2018: "se intrometa no processo legislativo com todas as discussões que disserem respeito ao Pauliprev". Diz que isso não é prerrogativa dele e dos conselheiros, não podem se intrometer, esse tipo de situação é uma prerrogativa que não é deles. Diz que, se possuem uma determinação dessas, uma inserção como essa, ele acha que isso é um tema mais complicado. Lembra que o que aconteceu com a Procuradoria do Instituto, vai acontecer com a da Prefeitura em qualquer processo que necessário um projeto de lei. Diz que se for uma coisa mais simples, a exemplo: "o conselho deverá avaliar o relatório de governança corporativa anualmente", que é uma exigência do Pró Gestão, uma norma infralegal, pergunta se vão colocar essas obrigações. Lembra que são obrigações correlatas, será uma obrigação do conselho que vai avaliar, que vai deliberar e da autarquia que vai produzir. Eliete diz que, na verdade, usou o Pró Gestão como exemplo, mas há um mesclado de várias coisas ali, um mesclado de várias pessoas que falaram grupo, até porque, sempre batem na mesma tecla de que ninguém viveu o que viveram. Diz que amanhã não sabe o que vai ser da Pauliprev. Diz



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top, followed by 'Sandra', 'Fábio', 'Sandra', 'André', 'Eliete', and 'PHS'.

que muitas coisas estariam colocando, mas tudo bem, volta a falar que tem que ter a lei porque estão querendo é cercear o máximo possível para que não aconteça o que viveram de ter que entrar com liminar para acontecer uma reunião por exemplo. Diz que quando fala do Pró Gestão e de outras coisas que estão ali, parecem bobas, mas há um histórico que não querem que aconteça mais o que viveram em outras gestões. Diz ser mais ou menos isso o que quis dizer. André diz que concorda com a Eliete, diz que o histórico do Instituto demonstra que nada é bobo, mas, só que por conta dessas necessidades e o ambiente político de tomada desse tipo de decisão é que ele não consegue precisar, sua impressão pessoal, se for algo razoável em proteção autarquia, não vê nenhum problema nessa gestão aprovar. Eliete pergunta se o André pode levar. André diz que sim, não vê problema em levar nada, desde que discutam, pactuem previamente para que não tenham nenhum tipo invasão de competência porque essa situação o preocupa um pouco. Diz que quando fala de invasão de competência, os conselheiros sabem que ele não se refere dele para o conselho ou do conselho pra ele pois, desde o início, tenta se tratarem em um ambiente único, respeitando a individualidade de cada conselheiro e autonomia de cada um dos órgãos diretivos em âmbito municipal. Lembra que precisam tomar um certo cuidado quando fazem algumas propostas de como é que vão apresentar e ele toma muito cuidado com isso porque algo que os pareça razoável que não pareça para terceiro pode invalidar outras situações, a exemplo, na campanha para as eleições suplementares e depois ordinárias, receberam informações de que determinados grupos políticos disseram que revogariam a lei 69/2018. Diz que nessa situação precisam tomar um certo cuidado em fazer as coisas com bastante correção para que não corram nenhum risco, de tentando fazer o melhor, criem um problema pior. Acha que precisam de etapas, até porque, o início do ano pro Instituto, além de todas as demandas naturais de encerramento de balanço e tudo mais, há as 2 perdas substanciais que teremos e ainda tem as eleições em abril. Sandra diz que já vai aproveitar o gancho para a Nara já entrar com assunto que ela gostaria de falar. Nara diz que como abordaram um pouco sobre o papel dos conselheiros, acha que ficou interessante, mas, ultimamente, as perguntas que recebeu não são muito focadas. Acha que até fez um efeito de entendimento da importância do conselho que não tinha e, atualmente, tem muito mais se perguntado qual é o papel do presidente e isso acabou não se abordando. Percebeu que despertou uma curiosidade nas pessoas porque elas não têm noção, nem do perfil, mas também o que é, o que faz, qual é a rotina e como é essa parceria que tem que ter com o conselho de administrativo. Acha que isso faltou, esse ponto de visão não foi dado. Pensa que, talvez, do mesmo jeito que foi feito do conselho administrativo, de repente, também estar fazendo algo focado em como é essa atuação, como é a rotina do trabalho, nesse aspecto. Acha que isso se tornaria importante, até para criar essa visão de quem pretende concorrer ou não concorrer e das próprias pessoas que irão votar o entendimento desse trabalho que é realizado no cotidiano. Edson diz que tem coisas que ele vê com muita preocupação. Sabe que temos excelentes profissionais na rede de servidores municipais. Excelentes conhecedores da palavra, conhecedores da legislação, então quando vê um questionamento tipo esse, o servidor perguntou o que o presidente faz, qual é a função. Porque teve esse tipo de questionamento, porque “eu acho lindo a função do aviador”, “eu queria ser um aviador”, mas se eu sentar no lugar daquele que vai acontecer vai cair. Vê que a função do diretor presidente do Instituto Pauliprev é gerir o Instituto. Então esse tipo de questionamento vê com muita preocupação. Sandra diz que, salvo engano, em um dos textos a Eliete falou que havia ficado muito grande está falando tudo o que a Nara está perguntando. Foi feita a divulgação, no texto, da função diretor presidente, de que maneira ele chega no cargo, qual é a forma de eleição para ele. Diz que tudo isso está no texto publicado nas redes sociais e foi fracionado, inclusive, pela nossa conselheira. Eliete diz que também foi falado do papel do comitê. Sandra diz à Nara que não foi falado só do conselho administrativo e nem só do conselho



fiscal, foi falado de todo um funcionamento do Instituto no texto que o Marcos fez. Diz que quando o Edson coloca que ele vê com muita preocupação quando alguém pergunta qual a função do diretor presidente, ela tem 2 preocupações: compartilha com a preocupação do Edson porque se você não sabe o que um diretor presidente do Instituto de Previdência faz, também podem pesquisar mais um pouquinho. E vê outra preocupação: que há um material que é divulgado e não foi lido e repassado. Diz ser essa a sua colocação porque se não tivesse sido feito, “OK”, total pertinente, mas o servidor perguntar para a Nara o que faz um diretor presidente, Sandra diz não querer julgar ninguém, nem ofender, mas parece querer cortar caminho, querer cortar atalho ou querer alguma dica ou não sabe o quê porque a função está lá, está nas redes sociais divulgada e como o Edson bem colocou: a função do diretor presidente é gerir o Instituto. Nara diz que seria interessante então só estarem republicando. Eliete diz que está na página da Pauliprev. Sandra diz que é só dar “up” que a publicação sobe. André diz que o material está no Pauliprev Informativos, na página do Facebook do Pauliprev e no site do Pauliprev. Além disso, diz que já falou em reunião, disse ao Sindicato, falou para as pessoas que o procuraram que, às vezes, as pessoas querem mais detalhes, ele está à disposição para quem queira falar com ele e ele explica porque não se restringe aquilo que está lá. Diz que, por exemplo, atendeu um servidor interessado em concorrer e quando o André terminou de falar, perguntou ao André se ele estava o colocando medo para não concorrer, André respondeu que estava dizendo a ele o que foi perguntado. A resposta da pessoa foi de que, se conseguisse tirar o CPA-10, não precisaria saber tudo o que o André sabe, aprenderia depois que estivesse em sua cadeira. André diz à Nara que está à disposição para quem a perguntou; as informações estão lá, estão na lei complementar 18/2001. Diz que gostaria de passar uma informação, estão fechando o patrocínio, vão ter o curso em janeiro com o Ronaldo da LDB. Diz que estão terminando o conteúdo programático e espera abrir o período de inscrição no mês de dezembro. O curso será em janeiro e irão divulgar as datas. Diz que uma das coisas que está conversando com o Ronaldo é que, além da questão do CPA-10, falar um pouquinho das responsabilidades institucionais como ele falou no passado porque, talvez, ouvindo de terceiro fique mais fácil do que ouvir deles. Diz que já ouviu que do jeito que está o Pauliprev hoje, é só vir tomar cafezinho porque a coisa hoje está tranquila. Diz que está disponível e gostaria que quem estiver disposto a concorrer nas eleições que entenda o que ele é, visualize os desafios do Instituto, assistam às reuniões que estão no Youtube para saber de onde a gente saiu onde, onde a gente está e as nossas preocupações no futuro porque quem tiver no Instituto após ele vai continuar enfrentando muitos problemas e, a depender do resultado das próximas eleições presidenciais, a gente pode ter um problema maior do que a gente está enfrentando hoje. Novamente diz estar à disposição e ele não sonega informações de ninguém, quem quiser falar com ele, ele está à disposição.

A Presidente do Conselho agradeceu a participação de todos, a e encerrou a reunião do Conselho Administrativo.

Término às 20:06h.

Paulínia, 22 de novembro de 2021



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top, several smaller ones below, and a vertical list of initials on the right side.



Sandra Ariadne Casassa
Presidente Conselho Administrativo



Edson Tomaz
Conselheiro Administrativo



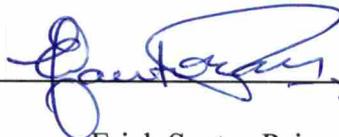
Fabio Ceconelo
Conselheiro Administrativo



Idu Ribeiro
Conselheiro Administrativo



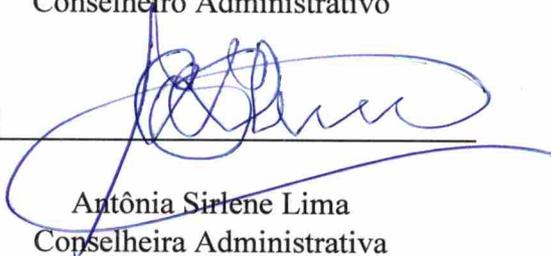
Nara Moretti
Conselheira Administrativa



Erick Santos Paiva
Conselheiro Administrativo



Paulo Henrique dos Santos
Conselheiro Administrativo



Antônia Sirlene Lima
Conselheira Administrativa



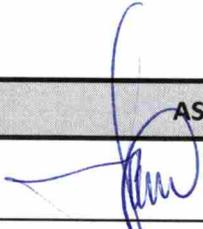
Eliete Maria da Silva
Conselheira Administrativa



Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos do Município de Paulínia

LISTA DE PRESENÇA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
22 de novembro de 2021 – 18:00 horas

Reunião Ordinária

SEQ	NOME	ASSINATURA
1	EDSON TOMAZ	
2	PAULO HENRIQUE DOS SANTOS	Paulo H Santos
3	ERICK SANTOS PAIVA	Erick Santos Paiva
4	FÁBIO CECONELLO	Fábio Ceconello
5	SANDRA ARIADNE CASASSA	Sandra Ariadne Casassa
6	NARA MARTINS MORETTI	Nara Martins Moretti
7	IDU ALBINO RIBEIRO	
8	ANTONIA SIRLENE LIMA	
9	ELIETE MARIA DA SILVA	Eliete Maria da Silva

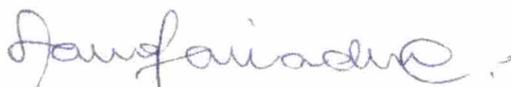
PAUTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

DATA: 22/11/2021 às 18:00h

LOCAL: EXCEPCIONALMENTE POR VIDEO CONFERÊNCIA, EM ATENDIMENTO AO DETERMINADO NO DECRETO MUNICIPAL 7773/2020 – CONTENÇÃO DA PANDEMIA DE CORONAVIRUS

- 1) Deliberação sobre a aprovação das Atas das reuniões ordinárias do Conselho Administrativo, realizadas em 18/10 e 03/11/2021;
- 2) Deliberação sobre a ratificação da prorrogação do contrato de prestação de serviços, mantido com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Correios, com término do termo atual em 07/12/2021 e de acordo com os documentos enviados previamente;
- 3) Apresentação e discussão da Política de Investimentos para o exercício de 2022, para deliberação quanto a aprovação em nova reunião ordinária, à ser realizada no mês de dezembro/2021;
- 4) Assuntos diversos

Paulínia, 18 de novembro de 2021.



SANDRA ARIADNE CASASSA
Presidente do Conselho Administrativo





2021

REUNIÃO CONSELHO ADMINISTRATIVO 22.11



TÓPICOS DO MOMENTO

RISCO FISCAL

PEC DOS PRECATÓRIOS

INFLAÇÃO EUA/BRASIL

REDUÇÃO DA PROJEÇÃO DO PIB

RETIRADA DE ESTÍMULO MONETÁRIO AMERICANO

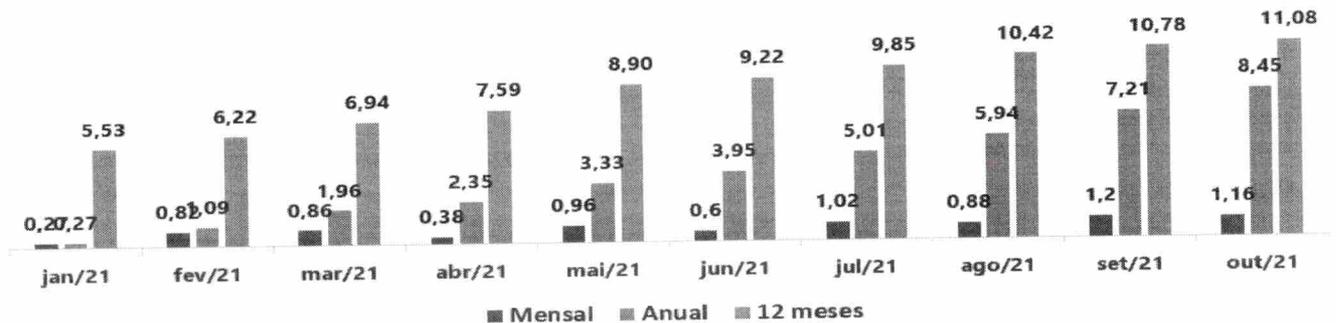


	2021				2022				2023		2024	
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Hoje	Comp. semanal*	Hoje	Comp. semanal*
IPCA (%)	8,96	9,77	10,12	▲ (3)	4,40	4,75	4,96	▲ (16)	3,42	▲ (2)	3,10	▲ (1)
PIB (var. %)	4,97	4,98	4,80	▼ (6)	1,40	0,83	0,70	▼ (7)	2,00	= (4)	2,00	= (1)
CÂMBIO (R\$/US\$)	5,45	5,50	5,50	= (3)	5,45	5,50	5,50	= (3)	5,30	= (2)	5,28	▲ (2)
SELIC (% a.a.)	8,75	9,25	9,25	= (3)	9,50	11,00	11,25	▲ (1)	7,75	= (1)	7,50	= (2)

Boletim Focus 19/11/2021 – Banco Central do Brasil



IPCA





102.138,10

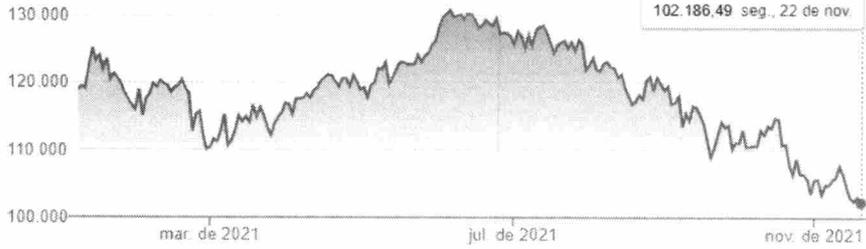
-16.716,61 (-14,06%) ↓ acumulados no ano

22 de nov. 15:55 BRT • Exoneração de responsabilidade

INDEXBVMF: IBOV

✓ Seguindo

1 D | 5 D | 1 M | 6 M | YTD | 1 A | 5 A | Máx



Abertura	103.036,02	Alta	104.613,07	Alt 52 sem	131.190,30
Fech. ant.	103.035,02	Baixa	102.138,10	Bai 52 sem	102.013,98



102.138,10

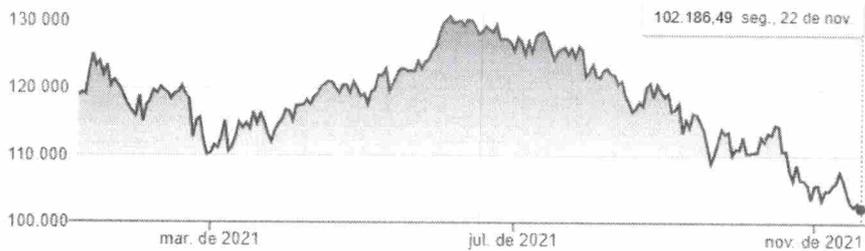
-16.716,61 (-14,06%) ↓ acumulados no ano

22 de nov. 15:55 BRT • Exoneração de responsabilidade

INDEXBVMF: IBOV

✓ Seguindo

1 D | 5 D | 1 M | 6 M | YTD | 1 A | 5 A | Máx



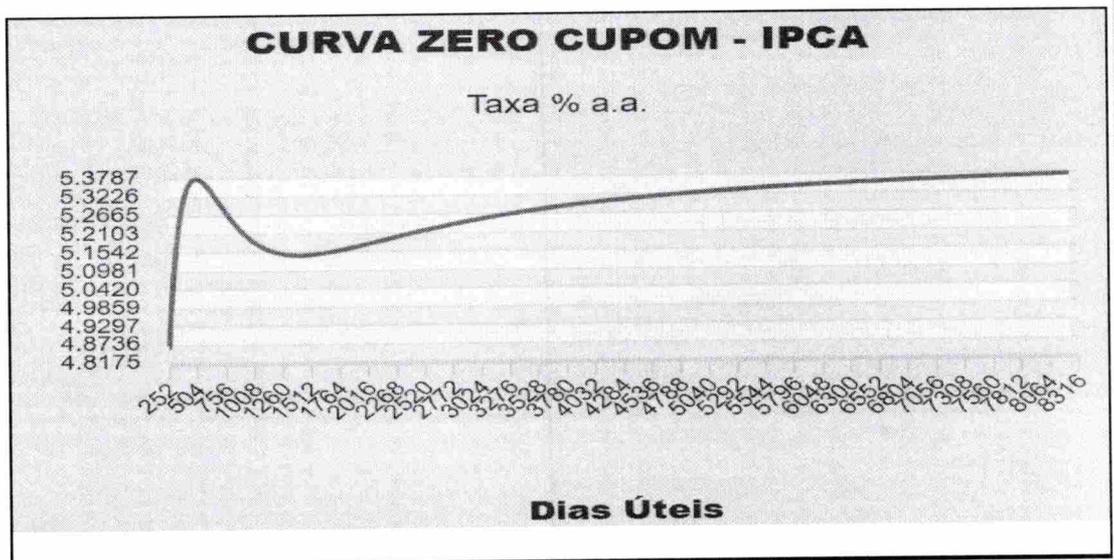
Abertura	103.036,02	Alta	104.613,07	Alt 52 sem	131.190,30
Fech. ant.	103.035,02	Baixa	102.138,10	Bai 52 sem	102.013,98



USD/BRL 5,6009 -0,0126 (-0,22%)



Fechamento Anterior	5,6135	Compra	5,5984	Var. Diária	5,5633 - 5,6141
Abertura	5,6005	Venda	5,6009	Var. 52 semanas	4,8929 - 5,8787
Variação em 1 ano	4,35%				



Política de Investimentos 2022

01/01/2022 a 31/12/2022

Meta Atuarial 2022

PORTARIA SPREV Nº 6.132, DE 25 DE MAIO DE 2021

17,50	4,88
18,00	4,88
18,50	4,89
19,00	4,90
19,50	4,91
20,00	4,91
20,50	4,92
21,00	4,93
21,50	4,93
22,00	4,94
22,50	4,94
23,00	4,95
23,50	4,95
24,00	4,96
24,50	4,96

		LIMITES DA RESOLUÇÃO CMN 3922/2010		Limite PL RPPS								Limite PL do Fundo	
		TIPOS DE ATIVOS		Nível I		Nível II		Nível III		Nível IV			
RENDA FIXA	TÍTULOS PÚBLICOS	Títulos Públicos de emissão do TN (SELIC)	100%	100%		100%		100%		100%			
		Operações compromissadas	5%	5%		5%		5%		5%			
	FUNDOS DE INVESTIMENTO	Fundos 100% Títulos Públicos		100%		100%		100%		100%			15%
		Fundos de índices carteira 100% Títulos Públicos											
		Fundos referenciados em indicadores RF*	60%	65%		70%		75%		80%			
		Fundos de índices (ETF) em indicadores títulos											
		Fundos Renda fixa em geral*	40%	45%		50%		55%		60%			
		Fundos de índices (ETF) - quaisquer indicadores											
	Fundos Renda fixa - Crédito Privado*	5%	10%		15%		20%		25%				
	FIDCs - Aberto ou Fechado- Cota Sênior**	5%	15%	5%	20%		10%	25%	15%	30%	20%	35%	5%
Fundos de debêntures de infraestrutura	5%	5%		10%		15%		20%		20%			
OUTROS	CDB ou Poupança nos limites garantidos pelo FGC	15%	15%		15%		15%		15%		15%		
	Letra Imobiliária Garantida - LIJ	20%	20%		20%		20%		20%		20%		
RENDA VARIÁVEL	FUNDOS DE INVESTIMENTO	Fundo de Ações - Índices c/ no mínimo 50 ações*	30%	35%		40%		45%		50%		15%	
	ETF (Índices c/ no mínimo 50 ações)												
	Fundos de Ações em geral*	20%	25%		30%		35%		40%				
	ETF (Índices em geral)		30%	35%		40%		45%		50%			
	Fundos Multimercado*	10%	10%	35%	20%	10%	40%	20%	10%	45%	15%	50%	
	FIPs (que atendam requisitos governança)* ** ***	5%	5%		5%		10%		20%		15%	20%	5%
	FI Ações - Mercado de Acesso	5%	5%		5%		10%		10%		15%		
Fundo Imobiliário ** ****	5%	5%		10%		15%		20%		20%			
EXTERIOR	FUNDOS	FIC e FIC FI - Renda Fixa - Dívida Externa											
	FIC - Aberto - Investimento no Exterior		10%	10%		10%		10%		10%			
	Fundos de Ações - BDR Nível I												

Tipo de Certificação Profissional	Quantidade de Membros Certificados	Data de Vencimento da Certificação
Certificação Profissional ANBIMA: CPA – 10	3	2024
Certificação Profissional ANBIMA: CPA – 10	1	2022
Certificação Profissional ANBIMA: CPA – 20	2	2024
Certificação de Gestor de Regime Próprio de Previdência Social (CGRPPS)	1	2022

FRONTEIRA EFICIENTE DE MARKOWITZ



N	Retorno a.a.	Risco a.a.	SELIC	IRF-M	IMA-B	IFMI	IDIV	IBOV	SMLL
16	3,58%	3,16%	15,00%	22,10%	39,09%	10,00%	0,00%	0,00%	13,80%
17	3,77%	3,31%	15,00%	17,77%	42,59%	10,00%	0,00%	0,00%	14,64%
18	3,95%	3,45%	15,00%	13,43%	46,10%	10,00%	0,00%	0,00%	15,47%
19	4,13%	3,60%	15,00%	9,09%	49,60%	10,00%	0,00%	0,00%	16,31%
20	4,31%	3,75%	15,00%	4,76%	53,10%	10,00%	0,00%	0,00%	17,14%
21	4,49%	3,90%	15,00%	0,42%	56,61%	10,00%	0,00%	0,00%	17,98%
22	4,67%	4,05%	15,00%	0,00%	55,31%	10,00%	0,00%	0,00%	19,69%
23	4,85%	4,21%	15,00%	0,00%	53,50%	10,00%	0,00%	0,00%	21,50%
24	5,03%	4,37%	15,00%	0,00%	51,69%	10,00%	0,00%	0,00%	23,31%
25	5,21%	4,54%	15,00%	0,00%	50,00%	9,87%	0,00%	0,13%	25,00%
26	5,40%	4,72%	15,00%	0,00%	50,00%	8,03%	0,00%	1,97%	25,00%
27	5,58%	4,90%	15,00%	0,00%	50,00%	6,19%	0,00%	3,81%	25,00%
28	5,76%	5,08%	15,00%	0,00%	51,48%	3,22%	0,00%	5,29%	25,00%
29	5,94%	5,27%	15,00%	0,00%	53,30%	0,00%	0,00%	6,70%	25,00%
30	6,12%	5,46%	15,00%	0,00%	50,88%	0,00%	0,00%	9,12%	25,00%

Sugestão 2022

Carteira Outubro 2021 - Líquido: R\$ 1.084.415.416,05

Títulos Públicos Federais	50%
Fundos Renda Fixa	20%
Renda Variável	30%
	100%

Atual	Objetivo	Situação
R\$ 291.103.632,89	R\$ 542.207.708,03	Aquisição de Títulos +/- 200MM
R\$ 521.774.456,34	R\$ 216.883.083,21	Redução devido a compra de Títulos em 200 MM
R\$ 271.537.326,82	R\$ 325.324.624,82	Manutenção do Nível (Valorização)